



- IMPOSTOS
+ RENDIMENTOS

BAIXAR OS IMPOSTOS JÁ!

**UMA REFORMA FISCAL
PARA PORTUGAL**

ACREDITAR

Redução de Impostos

O **PSD** entende ser o momento de dar um passo no sentido da ambiciosa reforma do sistema fiscal que está a construir, para oferecer aos Portugueses uma verdadeira Alternativa. Este primeiro passo, concretizado em **cinco propostas** para o desagrevamento significativo do IRS e a moderação fiscal, dão corpo à primeira e principal prioridade da reforma fiscal: a redução geral e expressiva da tributação sobre o rendimento, especialmente do trabalho.

Para o efeito, o **PSD** entregou na Assembleia da República cinco diplomas - quatro projetos de lei e um projeto de resolução- que vão a debate no próximo dia 20 de setembro num agendamento potestativo sobre a “Redução de Impostos”.



Alívio Fiscal das Famílias já em 2023 em 1.200 milhões de euros

- * A proposta do **PSD** alivia as famílias portuguesas do esforço fiscal claramente excessivo e num montante estimado de 1.200 milhões de euros, e permite iniciar um caminho de redução dos significativos desincentivos à oferta de trabalho. Por exemplo, para uma família com um rendimento bruto de cada sujeito passivo idêntico ao salário médio mensal observado em 2022 (1.411€), estima-se um benefício anual de 235€.
- * Numa família com um rendimento bruto mensal duas vezes superior à média (2.822€/ mês) e que, por isso paga muito mais em IRS, o alívio fiscal é de 741€ no ano.
- * No projeto de resolução “Redução do IRS já em 2023 em 1.200 milhões de euros garantindo a sustentabilidade das Finanças Públicas”, o **PSD** propõe que, no prazo de 15 dias, o Governo apresente à Assembleia da República uma Proposta de Lei que proceda à alteração do n.º 1 do artigo 68.º, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, substituindo a tabela nele prevista pela seguinte tabela:

Escalões de rendimento	Taxa Marginal Atual	Taxa Marginal Proposta	Redução Proposta	% de Diminuição
1 Até 7.479€	14,50 %	13,00 %	- 1,50 p.p.	-10,3 %
2 7.479€ a 11.284€	21,00 %	19,00 %	- 2,00 p.p.	- 9,5 %
3 11.284€ a 15.992€	26,50 %	23,50 %	- 3,00 p.p.	- 11,3 %
4 15.992€ a 20.700€	28,50 %	25,50 %	- 3,00 p.p.	- 10,5 %
5 20.700€ a 26.355€	35,00 %	32,00 %	- 3,00 p.p.	- 8,5 %
6 26.355€ a 38.632€	37,00 %	34,00 %	- 3,00 p.p.	- 8,1 %
7 38.632€ a 50.483€	43,50 %	43,00 %	- 0,50 p.p.	- 1,1 %
8 50.483€ a 78.834€	45,00 %	44,75 %	- 0,25 p.p.	- 0,6 %
9 Superior a 78.834€	48,00 %	48,00 %	0	0

Alívio Fiscal das Famílias já em 2023 em 1.200 milhões de euros

* A medida é integralmente financiada com devolução de parte do excesso de receita fiscal cobrada pelo Estado em 2023, face ao previsto no Orçamento do Estado para 2023. Este desagravamento de IRS é compatível com o esforço de consolidação das contas públicas e redução da dívida e não implica cortes no financiamento dos serviços públicos e financiamento das funções do Estado.

* Uma intervenção de desagravamento fiscal realizada com efeitos ainda em 2023 e desde que dentro deste intervalo, como é o caso (com o custo estimado de 1.200 milhões de euros), respeita as exigências constitucionais (designadamente a “lei-travão”) e de equilíbrio orçamental bem como as metas de redução de défice e dívida pública propostas pelo Governo e aprovadas pela Assembleia da República para 2023.

Manutenção da Redução de IRS em 2024

* O **PSD** propõe que o desagravamento fiscal, com efeito imediato em 2023, deverá permanecer para o futuro, em 2024, atento o excesso de receita fiscal cobrada face ao orçamentado e os efeitos da inflação.

Isenção Fiscal aos Prémios de Produtividade por Desempenho, no valor de até 6% da remuneração base anual

* Portugal tem um sério problema de produtividade. O País está há uma década a divergir da Europa, tem vindo a ser sucessivamente ultrapassado e é hoje dos países com pior produtividade na União Europeia - apenas Grécia, Eslováquia e Bulgária estão pior. O nível de produtividade de Portugal é de 74,8% da média da União Europeia e 71,8% da Zona Euro. A situação tem-se vindo a agravar nos últimos 6 anos, em que o País tem caído na comparação europeia.

* Para incentivar a melhoria da produtividade, propõe-se uma isenção de IRS e de TSU sobre prémios de produtividade por desempenho no valor de até 6% da remuneração base anual. A isenção aplica-se à totalidade ou parte do prémio até este limite.



IRS Jovem até aos 15%

* Criação de um “IRS Jovem até aos 15%”, que se traduz num regime fiscal mais favorável para todos os jovens até aos 35 anos, com exceção dos que se encontrem no escalão mais elevado de IRS. Com este regime, e à exceção do último escalão, as taxas marginais de IRS para os jovens são reduzidas para 1/3 das taxas atuais, com um máximo de 15% no penúltimo escalão (8.º).

Excesso de cobrança fiscal

No projeto de lei sobre a “Transparência e aplicação democrática dos excessos de receita fiscal face ao Orçamento do Estado e atualização automática dos escalões do IRS”, o **PSD** propõe:

* Que a Lei de Enquadramento Orçamental passe a regular as situações de excesso de cobrança de receita fiscal face ao previsto no respetivo Orçamento do Estado, incorporando uma norma legal que introduza limitações, transparência e deliberação democrática.

* Sempre que a cobrança total de receita de impostos diretos e de impostos indiretos destinados ao setor da administração central exceda em mais de 1% o total da mesma receita prevista no Orçamento do Estado para o ano em curso, o PSD propõe que a possibilidade de utilização do excedente durante o ano orçamental em curso fique sujeita a aprovação por lei da Assembleia da República.



GF PSD

GRUPU PARLAMENTAR PARTIDU SOCIAL DEMOCRATA

